

# “BEM FEITO — FOI SE METER COM HOMEM CASADO!”<sup>1</sup>: DA POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO CONCUBINATO COMO ENTIDADE FAMILIAR

Hernandes Diego Severiano\*

Álisson José Maia Melo\*\*

**RESUMO:** Afigura-se a evolução do conceito de família, sendo entendida como espaço de busca pela felicidade e de desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo, baseada nas mudanças sociais e nos princípios da Constituição Federal, principalmente o da dignidade da pessoa humana. Inserem-se no novo conceito de família diferentes modelos familiares, como as constituídas pelas relações concubinárias. Neste aspecto, é importante atentar aos efeitos jurídicos dessas relações, para que essas novas entidades familiares não sejam discriminadas ou sofram preconceito. Para que seja efetivada a justiça e que não haja discriminação a nenhum arranjo familiar, deve o Estado regulamentar este fato social existente há muitos anos, pois não é mais aceitável que os membros das relações paralelas continuem no campo de incerteza jurídica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família. Relação concubinária. Possibilidade de reconhecimento como entidade familiar

**ABSTRACT:** In the evolution of the concept of family, being understood as a space for happiness and developing the potential of each individual, based on social changes and the principles of the Federal Constitution, especially the human dignity. We can find in the new concept of family different family models, such as those formed by concubinage relationship. In this context, it is important to pay attention to the legal effects of these relationships, trying to prevent these new family entities are discriminated or suffer prejudice. To achieve effective justice and the no discrimination to any family arrangement, the Legislative should regulate this social fact, because it is no longer acceptable that members of concubinage relationships continue in the field of legal uncertainty.

**KEYWORDS:** Family. Concubinage relationship. Possibility of recognition as a family entity.

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira de 1988 trouxe um novo perfil de Ordem Social ao subtrair a supremacia da união matrimonial como família. Tratou apenas da família, sem qualquer adjetivação. Dessa forma, houve a expansão do

---

<sup>1</sup> DIAS, Maria Berenice. Os privilégios masculinos. **Consulex**: revista jurídica, São Paulo, v. 8, n. 185, p. 41, set. 2004. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/2\\_-\\_privil%20E9gios\\_masculinos%201%29.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/2_-_privil%20E9gios_masculinos%201%29.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2014.

\* Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Agente Administrativo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

\*\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC. Mestre e Bacharel em Direito pela UFC. Analista de Regulação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Ceará (Arce).

tratamento constitucional aos efeitos jurídicos das organizações familiares<sup>2</sup>. Nesse contexto, o agora denominado Direito das Famílias adentrou na nova conjuntura albergada pela Carta Magna, a qual tem como um de seus elementos nucleares o indivíduo, em face do princípio da dignidade da pessoa humana e da consagração dos direitos fundamentais individuais.

O presente estudo tem por objetivo revisitar a natureza jurídica das uniões paralelas após a mudança axiológica das famílias, especialmente respaldada na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da união homoafetiva (ADIn 4.277 e ADPF 132), em virtude da atual omissão legislativa, razão de graves consequências imputadas aos membros envolvidos nas relações simultâneas<sup>3</sup>. Ademais, pretende-se discutir como as relações concubinárias inserem-se no ordenamento jurídico brasileiro, bem como apresentar os efeitos pessoais e patrimoniais que tal tipo de relação acarreta na visão dos tribunais brasileiros e propor uma solução jurídica para a omissão legislativa.

Indaga-se, a esse respeito, se uma entidade familiar ou, pelo menos, equiparada à familiar, por preencher os requisitos mais relevantes — estabilidade, afetividade, publicidade e ânimo de constituição de família — deve ser regulada pelo Direito das Obrigações e não pelo próprio Direito das Famílias, já que a ligação ocorreu devido ao afeto e aos laços amorosos.

Desta feita, é necessário levar em consideração o atual conceito de família, plural, multifacetado e eudemonista<sup>4</sup>, ao passo que se torna importante para o Direito, enquanto sistema, retirar do campo das incertezas os indivíduos membros das relações simultâneas, pois não há normatização estabelecida no Direito brasileiro, fato este que pode vir a mitigar eventuais direitos concernentes a um núcleo familiar.

---

<sup>2</sup> MENEZES, Joyceane Bezerra de. A família na constituição federal de 1988: uma instituição plural e atenta aos direitos de personalidade. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, SC, v. 13, n. 1, p. 119-132, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/1232>>. Acesso em: 6 maio 2014.

<sup>3</sup> Para uma discussão monográfica sobre o tema, cf. SEVERIANO, Hernandes Diego. **A outra família**: a necessidade de regulamentação das relações concubinárias no ordenamento jurídico pátrio à luz do atual conceito de família. 2014. 76 f. TCC (Graduação em Direito) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Fortaleza-CE, 2014. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000011/000011dc.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

<sup>4</sup> A família eudemonista, considerada uma “nova tendência de identificar a família pelo seu envolvimento afetivo”, é aquela “que busca a felicidade individual vivendo um processo de emancipação de seus membros” (DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 58).

Este trabalho está dividido em seis partes. Após esta introdução, inicia-se ao exame da consideração do concubinato nos sistemas social e jurídico (seção 2) para, num segundo momento, trazer alguns aportes científicos para a atual conceito constitucional de família (seção 3). Retoma-se a questão do concubinato, revisitando à luz do novo paradigma de família (seção 4) e, antes da conclusão (seção 6), enfrenta-se o problema deste estudo. A pesquisa é eminentemente exploratória, baseada em referencial bibliográfica, em geral, com perspectiva crítica de proposição de soluções.

## 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCUBINATO NA ATUALIDADE

O concubinato, alcunhado de “adulterino, impuro, impróprio, espúrio, de má-fé” é majoritariamente repellido pela nossa sociedade<sup>5</sup>. No cotidiano, percebe-se que o termo concubino é depreciativo, referindo-se à pessoa que mantém uma relação paralela como amante ou até mesmo prostituta. Tal conduta deve-se ao moralismo e à forte influência da Igreja até então existente na nossa sociedade. Contudo, fechar simplesmente os olhos para um fato social, negando-lhe os efeitos jurídicos devidos, não soluciona o problema, mas apenas o mascara, sendo uma negativa da realidade.

Em que pese o crime de adultério ter sido revogado do Código Penal<sup>6</sup>, o Código Civil permanece punindo o concubino por ser cúmplice de um adultério, negando, por exemplo, direitos adquiridos pelo companheiro na união estável. As uniões paralelas são sentenciadas ao anonimato<sup>7</sup>, tendo a legislação pátria não lhe atribuindo direitos próprios. Apenas se o concubino alegar que não sabia da outra união do companheiro é que poderia ter algum direito concernente às entidades familiares. Caso contrário, na melhor das hipóteses, receberá algo se conseguir provar que contribuiu para a construção do patrimônio, como em uma sociedade de fato, mesmo sendo a relação pública e eivada de afetividade. Tal conduta apenas beneficia o cônjuge infiel, na medida em que ele não contrai obrigação patrimonial com o concubino, ao passo que discrimina uma eventual entidade familiar, já que pode ser perfeitamente comparada à união estável.

<sup>5</sup> DIAS, 2013, p. 47.

<sup>6</sup> O artigo 240 de Código Penal, que tipificava o crime de adultério, foi revogado por meio da Lei nº 11.106, de 28 mar. 2005.

<sup>7</sup> DIAS, 2013, p. 50.

Torna-se preciso compreender que as relações de concubinato, enquanto relações jurídicas, possuem relevância. Nessas uniões também são construídos patrimônios e, mesmo não havendo mais discriminação em relação aos filhos, eles podem ser atingidos pelo não reconhecimento legal dessa relação<sup>8</sup>, uma vez que perdem os direitos sucessórios reflexos em relação ao concubino supérstite, que deixa de receber quinhão relativo à meação em favor do cônjuge.

No que tange às relações concubinárias, é sempre importante atentar que não se tratam de relações casuais, descompromissadas ou de ligação apenas sexual, mas implicam o intuito de constituir família, ou pelo menos uma das partes é conduzida nessa relação com base nessa crença. As relações concubinárias podem ser caracterizadas como relações análogas à união estável, estando presente a afetividade, estabilidade e convivência pública, todavia um dos indivíduos membros da relação, ou até os dois, são impedidos de casar.

Aliás, o concubinato possui conceito legal estabelecido no art. 1.727 do Código Civil, dentro do próprio capítulo da união estável, segundo o qual o concubinato configura-se como a relação não eventual entre pessoas impedidas de casar. A principal diferença conceitual entre o concubinato e a união estável é que, nesta última, os indivíduos não são impedidos de casar. Além disso, o ordenamento jurídico amplamente reconhece a união estável como entidade familiar. Já acerca do concubinato, há uma controvérsia doutrinária e jurisprudencial sobre se esta relação caracteriza-se ou não como familiar e, desta forma, ser protegida constitucionalmente.

A união estável também esbarrava nos mesmos problemas de reconhecimento que hoje passa o concubinato; todavia, essa realidade mudou com a promulgação da CF/88 que estendeu o conceito de família, reconhecendo a união estável como uma de suas modalidades. Já em relação ao concubinato, o texto constitucional silenciou, não o reconhecendo e nem expondo as suas consequências patrimoniais e jurídicas, mas também não o excluindo como possível arranjo familiar.

Aqueles que negam proteção jurídica ao concubinato alegam, entre outras justificativas, a proteção ao princípio da monogamia, uma vez que entendem que é norteador de todo o Direito das Famílias. Outro argumento

---

<sup>8</sup> DIAS, 2013, p. 48.

bastante utilizado por quem nega os efeitos advindos da relação de concubinato é a proibição imposta pelo Código Civil, em seu artigo 1.642, V, à doação de bens do cônjuge ao concubino.

Assim, urge o nosso ordenamento jurídico de regulamentação acerca das uniões paralelas, no sentido de reconhecimento de mais um arranjo familiar, para que os integrantes dessa estrutura não venham a ser privados de direitos concernentes à família por puras questões morais e religiosas de um Estado que é laico, conforme artigo 5º, VI, CF.

No panorama atual, a concubina só tem direito a algo se provar que não sabia da existência da outra relação de seu companheiro, constituindo a união estável putativa, ou se provar que construiu patrimônio junto com seu companheiro, caracterizando-se, assim, uma sociedade de fato, situação esta absurda, já que uma relação amorosa, em tese, é baseada no afeto e não no patrimônio. Outro fato bastante relevante é a concubina saber ou não da outra relação do companheiro, a considerada “oficial”. Alegando a concubina que não sabia, caracteriza-se, segundo a doutrina, o concubinato de boa-fé, dessa forma, analogamente ao casamento putativo, ela tem os seus direitos reconhecidos. Já se ela admite que tinha conhecimento da outra relação do companheiro, são subtraídos os direitos concernentes à relação, ou seja, são desconsiderados seus efeitos jurídicos. Trata-se de um atentado contra a dignidade dos partícipes<sup>9</sup>. Nas palavras de Dias<sup>10</sup>: “Somente quando as mulheres dizem que não sabiam que o homem era casado, bem, então, sim, elas são absolvidas e há a possibilidade de receberem alguma coisa por uma vida inteira de dedicação a quem havia lhe jurado fidelidade...”. Neste sentido, dispõe a autora:

Também nessa hipótese — tão frequente em nossa sociedade — continuam os homens sendo os grandes beneficiados. Sob o fundamento de que eles infringiram o princípio da monogamia, cometeram o crime de adultério, descumpriram o dever de fidelidade, simplesmente ficam isentos de quaisquer obrigações para com quem - “bem feito” - foi se meter com homem casado!<sup>11</sup>

<sup>9</sup> ALBUQUERQUE FILHO, Carlos Cavalcanti de. Famílias simultâneas e concubinato adulterino. **Direito Unifacs**: debate virtual, Salvador, ano 2002, n. 31, dez. 2002. Disponível em: <[http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao\\_dezembro2002/convidados/convidado01.doc](http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_dezembro2002/convidados/convidado01.doc)>. Acesso em: 26 mar. 2014.

<sup>10</sup> DIAS, 2004, online.

<sup>11</sup> DIAS, 2004, online.

O ordenamento jurídico brasileiro tem conferido ao concubinato o direito à fictícia sociedade de fato no caso de dissolução da relação concubinária. Mesmo sendo constituída uma entidade familiar, essas relações serão regidas pelo chamado Direito das Obrigações, objetivando, assim, evitar o enriquecimento ilícito do indivíduo impedido de casar. Sendo regidas pelo campo do direito obrigacional, as partes ainda necessitam provar o esforço comum na construção do patrimônio no momento da partilha.

A sociedade de fato foi uma maneira paliativa encontrada pelos tribunais para evitar o enriquecimento ilícito de um dos parceiros, sem adentrar na seara do Direito da Família, relutando, ainda, em introduzir o instituto do concubinato em tal área. Nada mais justo que este tipo de relação seja tratada pelo Direito das Famílias, já que a Constituição Federal não trouxe um rol taxativo enumerando as entidades familiares. Além disso, se se parte de uma perspectiva de exclusão de arranjos familiares, ou seja, das entidades familiares implicitamente constitucionalizadas, entre elas o concubinato, está-se afrontando frontalmente o ordenamento jurídico<sup>12</sup>, pois, no momento atual, a família é entendida sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana.

Não conseguindo provar a existência da sociedade de fato, apenas resta a indenização por serviços prestados, recurso esse que ainda é bastante controverso no âmbito jurisprudencial, sendo completamente desconsiderada a equiparação à sociedade de fato, conforme constata-se acima. Nesse contexto, é aplicável a Súmula 380 do STF, na qual é atribuído ao concubinato apenas consequências patrimoniais, equiparando esse tipo de relação às sociedades de fato reguladas pelo Direito Empresarial.

A indenização por serviços prestados chega a ser ofensiva, assemelhando a mulher, companheira da relação concubinária, à doméstica, trabalhadora sexual ou até prostituta. Em que pese o tom pejorativo adotado, esta é uma solução encontrada pela doutrina e pela jurisprudência para amparar aquela que, envolvida numa relação de afeto, não terá direito algum relativo aos anos dedicados a uma relação tipicamente familiar. Deve-se à concubina que não conseguir provar que contribuiu para a construção do patrimônio. Desta feita, recebe uma espécie de indenização relativa aos anos da relação. Trata-se de um recurso que tem por finalidade amparar o consorte concubino que, com o término da relação, pode vir a ficar completamente desamparado.

---

<sup>12</sup> ALBUQUERQUE FILHO, 2002, online.

Mesmo parte da doutrina e da jurisprudência entender a possibilidade de conceder a indenização por serviços prestados, a posição majoritária dos tribunais é no sentido de afastar tal direito, agindo de acordo com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no precedente estabelecido pelo REsp 988.090/MS, de forma que distanciam tal benefício das relações concubinárias.

DIREITO CIVIL. CONCUBINATO. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.727 DO CC/02. INCOERÊNCIA COM A LÓGICA JURÍDICA ADOTADA PELO CÓDIGO E PELA CF/88, QUE NÃO RECONHECEM DIREITO ANÁLOGO NO CASAMENTO OU UNIÃO ESTÁVEL. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. A união estável pressupõe ou ausência de impedimentos para o casamento ou, ao menos, separação de fato, para que assim ocorram os efeitos análogos aos do casamento, o que permite aos companheiros a salvaguarda de direitos patrimoniais, conforme definido em lei.

2. Inviável a concessão de indenização à concubina, que mantivera relacionamento com homem casado, uma vez que tal providência eleva o concubinato a nível de proteção mais sofisticado que o existente no casamento e na união estável, tendo em vista que nessas uniões não se há falar em indenização por serviços domésticos prestados, porque, verdadeiramente, de serviços domésticos não se cogita, senão de uma contribuição mútua para o bom funcionamento do lar, cujos benefícios ambos experimentam ainda na constância da união.

3. Na verdade, conceder a indigitada indenização consubstanciaria um atalho para se atingir os bens da família legítima, providência rechaçada por doutrina e jurisprudência.

4. Com efeito, por qualquer ângulo que se analise a questão, a concessão de indenizações nessas hipóteses testilha com a própria lógica jurídica adotada pelo Código Civil de 2002, protetiva do patrimônio familiar, dado que a família é a base da sociedade e recebe especial proteção do Estado (art. 226 da CF/88), não podendo o Direito conter o germe da destruição da própria família.

5. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 988.090/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2010, DJe 22/02/2010)

Nesta senda seguem os juízos de diversos tribunais brasileiros, removendo a indenização por serviços prestados do âmbito da relação concubinária, assim, negando uma das poucas vantagens auferidas por essa relação tão rechaçada e marginalizada pela sociedade ao decorrer dos anos, mesmo sendo constituída por afeto e preenchendo todas as condicionantes para a caracterização de uma entidade familiar. Mesmo não obtendo os direitos concernentes a uma família, também esse degradante benefício é negado pela

maioria dos tribunais, não dando o Direito a devida relevância a fatos que carecem de chancela jurídica.

### 3 A ATUAL CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A estrutura, os tipos e a forma de relacionamento entre os entes de uma família mudaram ao decorrer do tempo. Outrora patriarcal, a família atual define-se principalmente pelos laços de afetividade entre seus integrantes, indo muito além do caráter biológico. Ademais, também é caracterizada pela pluralidade no que tange à sua formação, não sendo mais aceito apenas o modelo matrimonial como a única forma de constituir uma entidade familiar.

O núcleo da construção jurídica da família está consagrado no texto constitucional. Dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 226:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º - O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Regulamento

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Com efeito, a CF/88 considera a família a base da sociedade, não discriminando nenhum tipo de modelo familiar, tendo em vista o seu caráter multifacetado. Todavia, faz-se necessário atentar-se todos os tipos de arranjos caracterizados como familiares estão recebendo a atenção devida do sistema jurídico. Outrossim, torna-se de extrema importância contemplar os princípios basilares do Direito das Famílias.

Pode-se inferir que a CF/88, ao mencionar família, nos ditames do seu artigo 226, e não delimitando o modelo familiar a ser protegido, como fazia



anteriormente protegendo apenas aquelas constituídas pelo casamento, não excluiu nenhuma entidade familiar que possa vir a se formar no ambiente da sociedade. Assim, não há mais que se falar em famílias “ilícitas” formadas fora do casamento, sendo claramente o *caput* do artigo supracitado uma cláusula de inclusão, não podendo ser excluída nenhuma entidade que preencha os requisitos da família, a saber, afetividade, ostensividade e estabilidade.

A afetividade é entendida hoje como critério fundamental da família, tomando o lugar que antes era ocupado pela instituição patrimonializada, para sustentar o cultivo dos laços afetivos, no qual o indivíduo é o centro da família. Já por convivência pública e ostensiva compreende-se aquela família que assim se apresenta perante a sociedade, faz com que terceiros compreendam aquele agrupamento como entidade familiar. A estabilidade é definida como a comunhão da vida, sendo excluídas relações momentâneas, episódicas, sem compromisso<sup>13</sup>. Logo, presentes tais critérios, pode-se identificar uma entidade familiar.

Outrossim, a expressão “também” contida no § 4º do artigo em epígrafe ilustra a inclusão de outra modalidade de entidade familiar, não apresentando aspecto de exclusão, dessa forma, sem desconsiderar as demais modalidades que não se encontram expressas no texto<sup>14</sup>, tendo em vista que ampla doutrina e jurisprudência já entendem que o rol apresentado na Constituição Federal é meramente exemplificativo.

De acordo com o amplo conceito de família contemporâneo, torna-se possível a identificação de entidades familiares das mais variadas modalidades. Em que pese o fato de parte da sociedade ainda pensar em família como aquele agrupamento formado pela mãe, pai e filhos, este é apenas um dos modelos existentes, devido ao caráter plural desta instituição. Nesse contexto, como arranjos possíveis de entidades familiares podem-se citar as famílias recompostas, homoafetivas, anaparentais<sup>15</sup>, poliafetivas<sup>16</sup> e, porque

<sup>13</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 79-80.

<sup>14</sup> LÔBO, 2011, p. 82-83.

<sup>15</sup> Família anaparental é aquela na qual está ausente o vínculo parental ascendente entre os familiares, ainda que inexistam relações sexuais. Assim, é exemplo disso o ambiente familiar construído por irmãos (DIAS, 2013, p. 55).

<sup>16</sup> As famílias poliafetivas, oriundas do denominado poliamor, são caracterizadas pela pluralidade de parceiros no mesmo ambiente, com fim de constituir duradouramente o vínculo familiar (DIAS, 2013, p. 53-54). No Rio Grande do Norte, Luiz Costa de Oliveira ficou nacionalmente conhecido por constituir família com sua segunda esposa, com a irmã e com a mãe dela (portanto, cunhada e sogra dele) e com as respectivas proles, todos sob o mesmo teto.

não incluir, as concubinárias. Esta pluralidade revela o poder do afeto e a superação da obrigatoriedade de laços de sangue para que seja constituída uma entidade familiar.

No Ceará, pode-se encontrar um exemplo paradigmático do concubinato. Seu Franciné, o sultão brasileiro, vive em Pacajus e mantém relação com três mulheres ao mesmo tempo, sendo elas irmãs, morando em três casas distintas uma do lado da outra<sup>17</sup>.

#### **4 A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO SOBRE AS UNIÕES PARALELAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO**

Em que pese a Constituição Federal proteger o núcleo familiar em si, como base da sociedade, não importando a forma como ele foi constituído, as relações concubinárias não possuem reconhecimento como família, salientando-se que sequer há regulamentação sobre o tema. Na medida em que o Direito “fecha os olhos” para esse fato, contribui para a discriminação e atenta contra a dignidade das pessoas envolvidas neste tipo de enlace.

O simples fato de negar a realidade até corrobora para que a situação perpetue-se, porque o cônjuge infiel sabe que não haverá consequências na manutenção de sua relação paralela. O maior, e geralmente o único, prejudicado acaba sendo o concubino que na maioria das vezes recebe um sonoro “bem feito”<sup>18</sup> dos nossos tribunais. Dessa forma, tem-se desconsiderado toda a afetividade presente no núcleo familiar, além de poder gerar o enriquecimento injustificado do cônjuge infiel.

É uma questão bastante complexa e delicada, na qual deve ser cuidadosamente avaliado cada aspecto resultante de tal enlace. Apenas não é mais admissível que ainda não haja qualquer tipo de regimento para as relações

---

(ARAÚJO, Glauco. Aposentado de 90 anos tem três mulheres, 69 filhos e 100 netos no RN. **G1**: Brasil, São Paulo, 19 set. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/09/aposentado-de-90-anos-tem-tres-mulheres-69-filhos-e-100-netos-no-rn.html>>. Acesso em: 15 maio 2014). Em Tupã, São Paulo, foi noticiado o registro em cartório de união estável entre três pessoas (UNIÃO estável entre três pessoas é oficializada em cartório de Tupã, SP. **G1**: Bauru e Marília, 23 ago. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/08/uniao-estavel-entre-tres-pessoas-e-oficializada-em-cartorio-de-tupa-sp.html>>. Acesso em: 12 jun. 2014).

<sup>17</sup> LEITE, José Ricardo. “Sultão brasileiro” vai deixar suas 3 mulheres na mão no dia dos namorados. **UOL**: a copa, Fortaleza, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://copado-mundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/12/sultao-brasileiro-vai-deixar-suas-3-mulheres-na-mao-no-dia-dos-namorados.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

<sup>18</sup> DIAS, 2004, online.

paralelas, pois é um fato presente na nossa realidade e que necessita de posição concreta e legítima do ordenamento jurídico pátrio, sendo sempre preservados a dignidade da pessoa humana e o núcleo familiar em si, não importando a sua origem.

Não se pode permitir que tamanha hostilidade advinda de preceitos religiosos venha a mitigar direitos concernentes das relações paralelas. Quando a Constituição Federal exaltou a família em seu texto, não foi apresentado um rol exaustivo e sim exemplificativo, dessa forma, também devendo ser protegidas as entidades familiares implícitas, ou seja, aquelas não apresentadas no texto constitucional, como as anaparentais, recompostas, homoafetivas e, porque não, também as concubinárias.

É preciso ter em mente que os indivíduos que formam uma relação paralela encontram-se em uma situação jurídica indefinida, pois não há normatização no nosso ordenamento jurídico. Apenas o Código Civil cuidou de excluir alguns direitos do concubino, como o direito à herança. É imprescindível que os concubinos saiam do plano de incerteza imposto a eles, estando à mercê dos valores internos dos julgadores. Por mais que seja uma circunstância repelida por parte da sociedade, urge resolver tais pendências, tendo em vista que não enfrentar essa realidade nos traz desastrosos efeitos.

Há três aspectos jurídicos da discussão que merecem tratamento em separado, em razão do que podem ter soluções distintas: o primeiro diz respeito à qualificação jurídica da união paralela como uma entidade familiar, para fins e efeitos constitucionais; o segundo aspecto concerne com os efeitos pessoais, especificamente, direitos e deveres de afetividade; e o terceiro aspecto afeta os efeitos patrimoniais decorrentes da relação. A afirmação ou negação de um dos aspectos não eliminará necessariamente a exigibilidade dos demais.

Na ótica do atual conceito de família, no qual a afetividade é o elemento essencial do núcleo familiar, a união concubinária é formada por pessoas maiores e capazes, utilizando-se de sua autonomia para constituir esse enlace. Assim, não pode o Estado insistir em negar ali a constituição real de uma família<sup>19</sup>, esquivando-se de normatizar relações eivadas de afeto,

<sup>19</sup> FRISON, Mayra Figueiredo. **O pluralismo familiar e a mutação constante no formato de família**: a constitucionalização do direito civil e dimensões do concubinato na promoção da dignidade da pessoa humana. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre - Mg, 2012. Disponível em: <<http://www.fdsu.edu.br/site/posgraduacao/dissertacoes/05.pdf>>. Acesso em: 30/03/2014.

mesmo que ainda causem certa contrariedade em parcela da sociedade e desde que presentes os requisitos necessários.

Sob o ponto de vista das pessoas envolvidas nessas relações afetivas, parece que os principais aspectos de sua preocupação são, segundo uma versão mais básica, a proteção da dignidade familiar, mediante o reconhecimento como entidade familiar, e a equiparação de algumas vantagens patrimoniais como medida de proteção ante às incertezas do futuro. Nada impede, nesse mister, que sejam atribuídas algumas restrições para fins de reconhecimento da familiaridade da relação.

Ainda em que pese à existência do princípio da monogamia, é salutar compreender que tal princípio entra em conflito com outros princípios presentes no Direito das Famílias no que concerne ao reconhecimento das relações concubinárias como entidade familiar. Defende-se que, em situações tais, no processo de produção normativa abstrata e geral, deve o legislativo levar em consideração um certo sopesamento entre os princípios jurídicos envolvidos na realidade factual em pauta de discussão<sup>20</sup>. Nesse diapasão, a monogamia não é um preceito ordenador do Direito das Famílias e sim a proibição da constituição de múltiplos matrimônios. Não obstante, havendo a formação de famílias paralelas, não devem estar elas alheias a qualquer efeito jurídico, principalmente se as famílias são públicas e ostensivas e uma sabe da existência da outra e, mesmo assim, mantêm-se íntegras. Dessa forma, a duplicidade não é desleal<sup>21</sup>, devendo sim ser valorada juridicamente.

Nessa esteira, torna-se valorosa a reflexão de se o princípio da monogamia seria mesmo mais importante e mais relevante perante uma nova modalidade de entidade familiar constituída sobre a égide da afetividade. É preciso ainda se ponderar os outros princípios correlatos nas relações familiares, como o princípio da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da afetividade, da igualdade e da autonomia na formação de unidades familiares. Levando também em apreço o atual conceito de família plural e multifacetado, fugindo do modelo tradicional do matrimônio.

Sem prejuízo de uma regulamentação geral e abstrata, torna-se necessário que cada caso seja analisado separadamente para que não se gere insegurança.

---

<sup>20</sup> ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008, p.116-118.

<sup>21</sup> DIAS, 2013, p. 48.

rança jurídica no âmbito familiar. É necessário sempre ter em conta, na produção de normas abstratas e gerais, a presença de sujeitos que agem de má-fé, mediante simulação ou fraude. Contudo, não se devem mitigar direitos inerentes a uma entidade familiar somente por estarem infringindo conceitos morais.

## 5 A ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE EFEITOS JURÍDICOS-FAMILIARES ÀS RELAÇÕES SIMULTÂNEAS

A inexistência de normativo que, expressamente, atribua prerrogativas aos integrantes das relações simultâneas no nosso ordenamento jurídico não pode ser considerada como declaração de inexistência de direitos, uma vez que se deve analisar o ordenamento jurídico sistematicamente, dando a Constituição Federal um caráter extensivo, de forma a albergar, de maneira satisfatória e eficaz, as diretrizes e fundamentos constitucionais<sup>22</sup>. Como visto, a falta de regulamentação das relações simultâneas gera situações de insegurança jurídica, já que não se tem assegurado direito algum a este tipo de relacionamento, deixando o fato ao arbítrio do julgador. Deve-se compreender, contudo, que a atribuição de efeitos jurídicos a esse tipo de relação pode ser conferida pelas vias administrativas e jurisprudenciais, como via de regra acontece no âmbito do Direito das Famílias.

Em face do exposto até o presente momento e considerando a fase atual de modificação do conceito de família, privilegiando a afetividade, a solidariedade e a dignidade da pessoa humana, é mister que se venham a reconhecer os direitos das famílias paralelas, já que a ligação entre o direito e as urgências da sociedade apresenta-se como uma adequação da norma jurídica às necessidades provenientes da evolução da sociedade<sup>23</sup>. Na medida em que se buscam diferenças ínfimas para tentar demonstrar a distinção entre dois institutos jurídicos semelhantes, contribui-se para a manutenção do preconceito velado a um tipo de relação jurídica familiar marginalizada<sup>24</sup>, seja ela

<sup>22</sup> Cf. MELO, Álisson José Maia; ROCHA, Maria Vital da. **Direito ao conhecimento das origens genéticas no Brasil**. Revista do Instituto de Direito Brasileiro, Lisboa, ano 3, n. 4, p. 2889-2918, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2014\\_04\\_02889\\_02918.pdf](http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2014_04_02889_02918.pdf)>. Acesso em: 6 mai 2014.

<sup>23</sup> MACHADO NETO, Antônio Luiz. **Sociologia Jurídica**. 6. edição. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 412.

<sup>24</sup> MELO, Álisson José Maia. Notas sobre o controle abstrato de constitucionalidade da união estável homoafetiva: uma análise da ADI 4.277/DF. In: MARQUES JUNIOR, William Paiva. **Constitucionalização das relações privadas**. v. 2. 2014. No prelo.

concubinária, homoafetiva ou formada por qualquer outro arranjo. Ademais, é de extrema relevância que se possam rever os valores sociais juridicamente relevantes, entender o alcance dos princípios constitucionais e estabelecer espaços para novas discussões, para se continuar a acompanhar a evolução da sociedade e proteger, de forma ampla, todos os arranjos já constituídos de entidade familiar.

Não é mais aceitável a generalização todas as relações concubinárias e negá-las direitos concernentes a uma família, mesmo constituindo uma, uma vez que a Constituição Federal protege a família em si e não um modelo unilateralmente imposto. Como lembra Ferrarini<sup>25</sup>: “No imaginário popular ainda prepondera a ideia de que as relações paralelas ao casamento se caracterizam pelo triângulo amoroso formado pelo mito, no qual a esposa é santificada, o marido é vitimizado e, ‘a outra’, por conseguinte, satanizada”. Nesse contexto, alguns tribunais ainda insistem em mitigar direitos concernentes ao benefício previdenciário em caso de morte do varão que sustentava duas famílias simultaneamente. Dessa forma, é dada clara preferência a uma entidade familiar em detrimento da outra, ferindo fortemente o princípio da igualdade, pois se ambos os arranjos forem caracterizados como entidade familiar devem ser titulares da mesma proteção.

Seguindo os ensinamentos de Lôbo<sup>26</sup>, é possível se verificar características semelhantes nas entidades familiares, como a afetividade, a estabilidade e a convivência pública e extensiva. Tais qualificações podem muito bem estar presentes em uniões concubinárias. A afetividade, por exemplo, é o liame de ligação dos membros da família, estabelecido pela convivência de seus membros, a comunhão de vidas, podendo ser até afastada a coabitação. Logo, deverá haver conhecimento no círculo de vivência deles, devendo os outros os reconhecerem como casal. No que tange à estabilidade, esta se caracteriza pela não transitoriedade da relação. Tal requisito é facilmente constatado nas relações concubinárias, havendo o clássico exemplo do RE 397.762, julgado pela Primeira Turma do STF, em 03/06/2008, tendo como relator o Ministro Marco Aurélio, no qual o varão manteve um relacionamento paralelo por trinta e sete anos, cessando apenas com a morte dele.

<sup>25</sup> FERRARINI, Letícia. **Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos**: pedaços da realidade em busca de dignidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 89.

<sup>26</sup> LÔBO, 2011, p. 79-80.

Neste mesmo caso (RE 397.762), também é possível se constatar a convivência pública, pois quando um relacionamento é duradouro, na maioria das vezes, há constituição da prole, sabendo a esposa de tal relacionamento e até, de certa forma, consentindo já que permanece inerte. Não é coerente, então, que no momento da divisão dos bens ou benefícios previdenciários venha a esposa a negá-lo, pois sabia da existência da união paralela do cônjuge.

Segundo os preceitos de Dias<sup>27</sup>, a “intenção de constituir família”, que é um dos requisitos necessários à caracterização de uma união estável, é vista apenas do lado masculino (na maioria das vezes o indivíduo que possui duas famílias), não levando em consideração a vontade da companheira. Ademais, a monogamia, tão defendida por quem não acredita na existência jurídica das famílias paralelas, na tentativa de punir a poligamia, acaba por beneficiar o indivíduo que manteve uniões concomitantes, já que ele não vem a sofrer nenhuma sanção<sup>28</sup>.

A finalidade do benefício previdenciário da pensão por morte é dar suporte aos dependentes do segurado que veio a falecer, de maneira a não deixá-lo desamparado, não importando se este dependente adveio ou faz parte de uma relação moral ou amoral aos olhos da sociedade. Nesta senda, vem decidindo boa parte dos nossos tribunais a conceder tal direito à concubina, apesar do fato de ainda gerar dissonância. Mesmo não considerando o enlace concubinário como família, o benefício é concedido sendo constatada a situação de dependência da consorte concubinária na relação paralela. Acertadamente, o ordenamento jurídico está, gradualmente, desprendendo-se de preconceitos e rótulos e analisando cada caso de maneira particular, sem generalizar as relações simultâneas como apenas adulterinas, com conotação puramente sexual, frívolas e passageiras.

Na medida em que se atribui importância à questão social presente na realidade, clama por ainda mais urgência o Direito de lei regulamentadora sobre as relações paralelas, seus efeitos jurídicos e patrimoniais, para que nenhum possível arranjo familiar tenha seus eventuais direitos retirados, e também para que sejam preservados a dignidade da pessoa humana dos

<sup>27</sup> DIAS, 2004, online.

<sup>28</sup> DIAS, Maria Berenice. A união estável. **Maria Berenice Dias**: união estável e concubinato, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/3\\_-\\_a\\_uni%3o\\_est%3e1vel.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/3_-_a_uni%3o_est%3e1vel.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2014.

membros dessas relações. Malgrado o posicionamento majoritário dos tribunais superiores em negar efeitos patrimoniais às relações paralelas, alguns tribunais estão inovando em suas decisões, que são reflexos dos anseios da sociedade, e reconhecendo direitos à concubina, por exemplo, quando é feita a divisão igualitária dos bens entre a esposa, o marido e a concubina, sendo nomeado de “triação”, conforme será explanado adiante.

Na ânsia de tentar preencher a lacuna legislativa sobre os efeitos patrimoniais das relações paralelas, é possível encontrar decisão de tribunais no sentido de dividir igualmente os bens amealhados na constância da relação paralela, e consequentemente do casamento, em partes iguais entre o marido, a esposa e a concubina. Acabou-se por empregar o termo “triação” para esse tipo de acontecimento. Nessa esteira, recentemente decidiu a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco também a favor da triação, em decisão unânime<sup>29</sup>, com a seguinte ementa:

DIREITO DE FAMÍLIA. UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS. RECONHECIMENTO. PARTILHA DE BENS. TRIAÇÃO.

1. Estando demonstrada, no plano dos fatos, a coexistência de duas relações afetivas públicas, duradouras e contínuas, mantidas com a finalidade de constituir família, é devido o seu reconhecimento jurídico à conta de uniões estáveis, sob pena de negar a ambas a proteção do direito.

2. Ausentes os impedimentos previstos no art. 1.521 do Código Civil, a caracterização da união estável paralela como concubinato somente decorreria da aplicação analógica do art. 1.727 da mesma lei, o que implicaria ofensa ao postulado hermenêutico que veda o emprego da analogia para a restrição de direitos.

3. Os princípios do moderno direito de família, alicerçados na Constituição de 1988, consagram uma noção ampliativa e inclusiva da entidade familiar, que se caracteriza, diante do arcabouço normativo constitucional, como o lócus institucional para a concretização de direitos fundamentais. Entendimento do STF na análise das uniões homoafetivas (ADI 4277/DF e ADPF 132/RJ).

4. Numa democracia pluralista, o sistema jurídico-positivo deve acolher as multifárias manifestações familiares cultivadas no meio social, abstendo-se de, pela defesa de um conceito restritivo de família, pretender controlar a conduta dos indivíduos no campo afetivo.

5. Os bens adquiridos na constância da união dúplice são partilhados entre as companheiras e o companheiro. Meação que se transmuta em “triação”, pela simultaneidade das relações.

6. Precedentes do TJDF e do TJRS.

<sup>29</sup> ALVES, Jones Figueirêdo. Triação de bens: direito não deve pretender desconstruir fatos da vida. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 26 jan. 2014. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2014-jan-26/jones-figueiredo-direito-nao-pretender-desconstituir-fatos-vida>>. Acesso em 22 abr. 2014.



No caso em comento, ambos os relacionamentos afetivos foram mantidos pelo varão de maneira pública e ostensiva, com o conhecimento recíproco das companheiras, dessa forma, construindo duas famílias de maneira simultânea. José Fernandes de Lemos, em seu voto sobre o julgamento do caso, noticiou que o varão havia realmente constituído duas famílias, já que agia como marido em ambas, além de pai e provedor, tendo a clara intenção e desejo de constituir famílias simultâneas. Pondera ainda afirmando que não deve nenhum tipo de núcleo familiar ser renegado, uma vez que não há razão jurídica para que tal fato ocorra. Dessa forma, faz-se bastante relevante atentar-se para parte do voto do relator, José Fernandes de Lemos:

Aliás, adotando-se a posição contrária, ou seja, a de que a duplicidade de relacionamentos afetivos acarreta a perda da *affectio familiae* e a quebra do dever de lealdade, seria forçoso concluir que tal perda e tal quebra não se restringiriam a uma das relações apenas, mas se estenderiam a todas. No caso dos autos, considerando ilegítima a união afetiva da autora-apelante, teríamos de admitir, por identidade de fundamentos, descaracterizada também a relação do réu-apelado com sua outra companheira, ao menos durante o período em que verificada a simultaneidade, o que nos conduziria ao absurdo de, diante de duas famílias consolidadas no plano dos fatos, não conferir o devido reconhecimento jurídico a nenhuma delas. Por outro lado, tutelar apenas um dos relacionamentos, em desprezo do outro, implicaria clara ofensa à isonomia, por conferir tratamento distinto a situações substancialmente idênticas<sup>30</sup>.

115

Assim sendo, não deve o Direito rechaçar a existência de um núcleo familiar já formado não o conferindo proteção jurídica. Uma vez constituída, toda e qualquer forma de entidade familiar necessita de proteção estatal. Mesmo que, de uma forma paliativa, seja aplicada diretriz do Direito Obrigacional, com vistas a não desamparar um dos consortes, tal medida não preenche a lacuna deixada em relação às uniões paralelas.

Em contrapartida, há situações em que o cônjuge traído não sabe da existência da outra relação simultânea ao casamento e age de boa-fé, sendo surpreendido com a notícia da nova relação mantida pelo seu cônjuge. Nesses casos, devem ser preservados os bens do cônjuge de boa-fé, ao passo que os bens pertencentes ao cônjuge infiel devem fazer parte da partilha. Recomenda-se, desta maneira, uma forma de não afetação do consorte de boa-fé, na medida em que o cônjuge infiel não é beneficiado pelo enriquecimento

<sup>30</sup> ALVES, 2014, online.

ilícito e o concubino não vem a ser prejudicada pela lacuna legislativa acerca das uniões dúplices.

O Estado precisa agir para que os direitos fundamentais sejam assegurados no âmbito das relações privadas, sendo a regulamentação de situações fáticas principal meio para atingir tal fim. Na ausência de legislação, só poderão agir o Executivo e o Judiciário se as bases de suas ações estiverem bem claras no texto constitucional e desde que não limitem direitos de terceiros<sup>31</sup>. Desse modo, quando um indivíduo tem seus direitos fundamentais lesados, por exemplo, a dignidade da pessoa humana e a igualdade de condições semelhantes, deve buscar chancela do Estado, que é provedor e assegurador dos referidos direitos, dado que tem o dever de proteger a família, seja ela concubinária ou não.

Isto posto, não deve o Direito mais marginalizar esse tipo de relacionamento, que sempre existiu e não dá indícios de que seu fim está próximo. Não se aceita mais mascarar a realidade, fingir que ela não existe somente por um ideal moralista e religioso. Deve-se atentar ao fato que o conceito de família mudou, não havendo um modelo tipificado a ser seguido. Agora, trata-se de um lugar onde os indivíduos desenvolvem as suas potencialidades e procuram a felicidade, independentemente dos laços sanguíneos, apresentando-se, assim, como o principal elemento estruturante da família atual a afetividade.

## 6 CONCLUSÃO

O conceito de família modificou-se com o passar dos anos através do papel do indivíduo no ambiente familiar. A família, outrora patriarcal e hierarquizada, cede espaço à entidade plástica e plural que se vê atualmente. Plástica na medida em que se define de acordo com as escolhas do indivíduo e plural devido às diversas formas de entidade familiar existentes, sendo reflexos das singularidades dos membros da entidade familiar<sup>32</sup>.

Em face da nova concepção de família baseada nas mudanças sociais e nos princípios constitucionais, principalmente da dignidade da pessoa humana, constante no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, surgiram

<sup>31</sup> FERRARINI, 2010, p. 119-120.

<sup>32</sup> MENEZES, Joyceane Bezerra de; OLIVEIRA, Cecília Barroso de. **Os Desafios Contemporâneos do Direito das Famílias e Algumas Questões Relativas ao Estado de Filiação**. Conselho Nacional de Pesquisa em Direito. (Org.). Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011, v. , p. 2724-2740.

novas formas de arranjos familiares além das entidades familiares já albergadas pela nossa Carta Magna. Ademais, deve-se considerar o viés plural e multifacetado dos atuais arranjos familiares, não sendo mais relevante a maneira que os núcleos familiares foram concebidos, mas sim se exercem a verdadeira função de uma família, qual seja o local de desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos.

O advento da regulamentação da união estável e do reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar são exemplos de normatização do Direito de fatos que ocorriam na sociedade, mas que não tinham chancela jurídica. Contudo, as relações paralelas continuam no campo da incerteza, como se fechar os olhos para o problema fosse resolvê-lo.

O Poder Judiciário constantemente depara-se com questões dessa natureza e, devido à falta de normatização sobre o tema, eventuais entidades familiares possuem seus direitos mitigados na medida em que não é oferecida nenhuma proteção jurídica aos membros da relação simultânea. É dever do Direito, nesta senda, regular os novos conflitos existentes e, por meio da legislação, apresenta-se o principal instrumento de proteção<sup>33</sup> a essas situações ainda não normatizadas.

Não é mais admissível que tal situação continue desprovida de agasalho legislativo e judicial, considerando que as relações paralelas apresentam-se como situação fática presente na nossa sociedade desde o período colonial. Ademais, é dever do Estado assegurar os direitos fundamentais dos indivíduos, não sendo aceitável que a falta de guarida do Poder Legislativo e do Poder Judiciário acarretem na violação da dignidade da pessoa humana dos integrantes desse tipo de relação.

Nessa dimensão, diante da omissão legislativa existente, surge para o magistrado o dever de estabelecer os direitos existentes diante de cada situação concreta. Como forma de tentar não rechaçar possíveis direitos, não pode o juiz trivializar as relações paralelas como impuras e não atribuir direito algum. Cada caso precisa ser analisado isoladamente para verificar-se se a situação apresentada preenche ou não os requisitos para a formação de uma entidade familiar. Somente depois de tal análise poderá o magistrado proferir decisão justa.

Desta feita, sustenta-se a equiparação das uniões paralelas a verdadeiras entidades familiares, desde que presentes os requisitos para a constituição de

---

<sup>33</sup> FERRARINI, 2010, p. 120.

uma família acima citados, pois é incoerente e injusto discriminar as entidades familiares concubinárias na medida em que são subtraídos os direitos concernentes a uma família.

Acentue-se ainda que não é objetivo desse trabalho sugerir assistência a simples relacionamentos frívolos, passageiros e de cunho essencialmente sexual. A finalidade maior é oferecer normatização a núcleos familiares existentes, porém não reconhecidos, dado que toda família deve ser titular de proteção estatal. É importante repisar que não se pode parar de pensar nas garantias contra agentes mal intencionados com interesse em praticar negócio simulado no intuito de prejudicar terceiros.

Faz-se necessário ainda ilustrar que, para que aconteçam mudanças no ordenamento jurídico pátrio, torna-se imprescindível que, principalmente, os juristas venham a despir-se de preconceitos e analisem, de forma sistemática, os princípios existentes no nosso ordenamento que regem o Direito das Famílias.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE FILHO, Carlos Cavalcanti de. Famílias simultâneas e concubinato adulterino. **Direito Unifacs**: debate virtual, Salvador, ano 2002, n. 31, dez. 2002. Disponível em: <[http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao\\_dezembro2002/convidados/convidado01.doc](http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_dezembro2002/convidados/convidado01.doc)>. Acesso em: 26 mar. 2014.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALVES, Jones Figueirêdo. Triação de bens: direito não deve pretender desconstruir fatos da vida. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 26 jan. 2014. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2014-jan-26/jones-figueiredo-direito-nao-pretender-desconstituir-fatos-vida>>. Acesso em 22 abr. 2014.

ARAÚJO, Glauco. Aposentado de 90 anos tem três mulheres, 69 filhos e 100 netos no RN. **G1**: Brasil, São Paulo, 19 set. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/09/aposentado-de-90-anos-tem-tres-mulheres-69-filhos-e-100-netos-no-rn.html>>. Acesso em: 15 maio 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Informativo nº 421, da Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 2/2/2010. Precedente citado: REsp 931.155-RS, DJ 20/8/2007. REsp 988.090-MS. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/infojur/doc.jsp>> Acesso em: 01 abr. 2014.

COL, Helder Martinez Dal. **A família à luz do concubinato e da união estável**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

**R. Fac. Dir.**, Fortaleza, v. 35, n. 1, p. 99-120, jan./jun. 2014

DIAS, Maria Berenice. A união estável. **Maria Berenice Dias**: união estável e concubinato, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/3\\_-\\_a\\_uni%20est%21vel.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/3_-_a_uni%20est%21vel.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Manual de direito das famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

\_\_\_\_\_. Os privilégios masculinos. **Consullex**: revista jurídica, São Paulo, v. 8, n. 185, p. 41, set. 2004. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/2\\_-\\_privil%20gios\\_masculinos%21%29.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/2_-_privil%20gios_masculinos%21%29.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2014.

FERRARINI, Letícia. **Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos**: pedaços da realidade em busca de dignidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

FRISON, Mayra Figueiredo. **O pluralismo familiar e a mutação constante no formato de família: A constitucionalização do direito civil e dimensões do concubinato na promoção da dignidade da pessoa humana**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre - Mg, 2012. Disponível em: <<http://www.fdsu.edu.br/site/posgraduacao/dissertacoes/05.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

LEITE, José Ricardo. “Sultão brasileiro” vai deixar suas 3 mulheres na mão no dia dos namorados. **UOL**: a copa, Fortaleza, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/12/sultao-brasileiro-vai-deixar-suas-3-mulheres-na-mao-no-dia-dos-namorados.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: famílias. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

MELO, Álisson José Maia; ROCHA, Maria Vital da. **Direito ao conhecimento das origens genéticas no Brasil**. Revista do Instituto de Direito Brasileiro, Lisboa, ano 3, n. 4, p. 2889-2918, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2014\\_04\\_02889\\_02918.pdf](http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2014_04_02889_02918.pdf)>. Acesso em: 6 mai 2014.

MELO, Álisson José Maia. Notas sobre o controle abstrato de constitucionalidade da união estável homoafetiva: uma análise da ADI 4.277/DF. In: MARQUES JUNIOR, William Paiva. **Constitucionalização das relações privadas. v. 2. 2014**. No prelo.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. A família na constituição federal de 1988: uma instituição plural e atenta aos direitos de personalidade. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, SC, v. 13, n. 1, p. 119-132, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://siai-web06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/1232>>. Acesso em: 6 maio 2014.

SEVERIANO, Hernandes Diego. **A outra família:** a necessidade de regulamentação das relações concubinárias no ordenamento jurídico pátrio à luz do atual conceito de família. 2014. 76 f. TCC (Graduação em Direito) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Fortaleza-CE, 2014. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000011/000011dc.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

UNIÃO estável entre três pessoas é oficializada em cartório de Tupã, SP. **G1:** Bauru e Marília, 23 ago. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/08/uniao-estavel-entre-tres-pessoas-e-oficializada-em-cartorio-de-tupa-sp.html>>. Acesso em: 12 jun. 2014.